

HABEAS CORPUS Nº 548.582 - SP (2019/0356932-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCELO SCHMIDT RAMALHO
ADVOGADO : MARCELO SCHMIDT RAMALHO - SP103556
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DA SILVA PAULA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

RAFAEL DA SILVA PAULA – condenado a 12 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal – alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito a locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que, ao denegar a ordem no habeas corpus lá impetrado, **manteve a segregação cautelar, pelos fundamentos adotados pelo Juiz sentenciante para não permitir ao réu o recurso em liberdade.**

Busca a defesa a liberdade provisória, ao argumento de que a execução da pena antes do trânsito em julgado viola a presunção de inocência.

O pedido de urgência comporta acolhimento.

Consta dos autos que o paciente, que respondeu o processo em liberdade, teve a prisão preventiva decretada em sentença condenatória pelos seguintes fundamentos (fls. 91-92, grifei):

Consigne-se o princípio constitucional da soberania dos veredictos, dispõe que o mérito da decisão proferida pelos senhores jurados não pode ser revisto pelas instâncias superiores e, que o Júri é órgão colegiado. O Conselho de Sentença, formado por sete jurados, é responsável pelo julgamento do réu, pela análise dos fatos e provas produzidas ao longo do feito.

A sentença proferida pelo juiz espelha a decisão do colegiado, tal como o tribunal de segundo grau.

Assim também ocorre nos julgamentos afetos a outros tipos

de crime. Confirmada a sentença em segundo grau, não é mais viável a apreciação dos fatos, restando, unicamente, discussão sobre matéria de direito.

Logo, no Tribunal do Júri, como decorrência do princípio da soberania dos vereditos, constitucionalmente previsto (art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c"), a decisão proferida pelo Conselho de Sentença não é passível de modificação pelo mérito. Não pode a parte, portanto, em grau de recurso, alterar o veredito escolhido pelos julgadores.

A sistemática do júri, pois, conduz à convicção de que a condenação permite a execução provisória da pena, independentemente da interposição de eventual recurso.

O caso, assim, recomenda a prisão do réu desde logo, sobretudo para promover a quebra do paradigma da impunidade do sistema criminal, ao evitar que a necessidade de aguardar o trânsito em julgado do recurso extraordinário e do recurso especial impeça a aplicação da pena (pela prescrição) ou cause enorme distanciamento temporal entre a prática do delito e a punição (...)" (HC 126.292, já referido, destaque nosso).

[...]

Deste modo, com fundamento nos julgados da Suprema Corte sobre a possibilidade de execução provisória da pena e estabelecido o alinhamento dessas posições ao mecanismo do Tribunal do Júri, entendo por negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, determinando o imediato início do cumprimento da pena.

Entretanto, destaco que "A jurisprudência desta Corte Superior é firme em asseverar a necessidade de se aguardar o exaurimento das instâncias ordinárias para a execução de condenação proferida pelo Tribunal do Júri, uma vez que a decisão dos jurados não se reveste de intangibilidade; sujeita-se a recurso com efeito suspensivo e pode ser anulada na hipótese de conflito evidente com a prova dos autos, o que reabriria a discussão sobre questões de fato e não apenas de direito, como nos recursos especial e extraordinário" (**RHC n. 108.241/PA**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 12/8/2019).

Assim, para determinar a custódia é necessário haver demonstração **atual do risco aos bens jurídicos** do art. 312 do CPP, o que não verifico na hipótese. Em nenhum momento a instância ordinária justificou a custódia em fatos **concretos e contemporâneos**, ao contrário, destacou apenas a existência de julgados que possibilitam a execução da

Superior Tribunal de Justiça

pena após o julgamento pelo Tribunal do Júri, o que justifica a concessão da liminar.

À vista do exposto, **concedo a liminar para**, até o julgamento deste habeas corpus, **assegurar ao paciente o direito de recorrer em liberdade**, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia se efetivamente demonstrada a sua contemporânea necessidade, sem prejuízo de fixação de medida alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor dessa decisão ao Juízo de primeiro grau, solicitando-lhe informações atualizadas sobre o processo, via malote digital.

Depois da resposta, encaminhe-se o feito ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**